



**INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL**

**ESTRATÉGIA NACIONAL DE
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO 2016/19:
CONTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA
BRASILEIRA AO DEBATE**

FEVEREIRO/2016

Conselho do IEDI

<i>Conselheiro</i>	<i>Empresa</i>
Amarílio Proença de Macêdo	J.Macêdo Alimentos S/A
Bernardo Gradin	GanBio S/A
Carlos Eduardo Sanchez	EMS - Indústria Farmacêutica Ltda
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	Jereissati Participações S/A
Carlos Mariani Bittencourt	PIN Petroquímica S/A
Cláudio Bardella	Bardella S/A Indústrias Mecânicas
Dan Ioschpe <i>Vice-Presidente</i>	Ioschpe-Maxion S/A
Daniel Feffer	Grupo Suzano
Décio da Silva	WEG S/A
Eugênio Ernão Staub	Conselheiro Emérito
Fabio Hering	Companhia Hering S/A
Flávio Gurgel Rocha	Confecções Guararapes S/A
Frederico Fleury Curado <i>Vice-Presidente</i>	Embraer S.A.
Geraldo Luciano Mattos Júnior	M. Dias Branco S.A
Henri Armand Slezynger	Unigel S.A
Ivo Rosset	Rosset & Cia. Ltda.
Ivoney Brochmann Ioschpe	Conselheiro Emérito
Jacks Rabinovich	Campo Belo Ltda
João Guilherme Sabino Ometto	Grupo São Martinho S/A
Jorge Gerdau Johannpeter	Gerdau Aços Longos S/A
José Antonio Fernandes Martins	Marcopolo S/A
José Carlos Grubisch	Eldorado Brasil Celulose S/A
José Roberto Ernão de Moraes	Votorantim Participações S/A
Josué Christiano Gomes da Silva	Cia. de Tecidos Norte de Minas-Coteminas
Laércio José de Lucena Cosentino	TOTVS S/A
Lírio Albino Parisotto	Videolar S/A
Lucas Santos Rodas	Companhia Nitro Química Brasileira S.A.
Luiz Alberto Garcia	Algar S/A Empreendimentos e Participações
Marcelo Bahia Odebrecht	Construtora Norberto Odebrecht S/A
Marcos Antonio Molina dos Santos	Marfrig Global Foods S.A.
Murilo Pinto de Oliveira Ferreira	Vale S.A.
Ogari de Castro Pacheco	Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Olavo Monteiro de Carvalho	Monteiro Aranha S/A
Paulo Diederichsen Villares	Membro Colaborador
Paulo Francini	Membro Colaborador
Paulo Guilherme Aguiar Cunha	Conselheiro Emérito
Pedro Franco Piva	Klabin S/A
Pedro Luiz Barreiros Passos	Natura Cosméticos S/A
Pedro Wongschowski <i>Presidente</i>	Ultrapar Participações S/A
Ricardo Steinbruch	Vicunha Têxtil S.A.
Robert Max Mangels	Mangels Industrial S/A
Roberto Caiuby Vidigal	Membro Colaborador
Rodolfo Villela Marino <i>Vice-Presidente</i>	Elekeiroz S.A.
Rômél Erwin de Souza	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - USIMINAS
Rubens Ometto Silveira Mello	Cosan S/A Ind e Com
Salo Davi Seibel	Duratex S/A
Victório Carlos De Marchi	Cia. de Bebidas das Américas - AmBev
Vitor Sarquis Hallack	Camargo Corrêa S/A

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 2016/19: CONTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA AO DEBATE

A publicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da “Proposta da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019” e o convite para debatê-la e apresentar contribuições para seu aperfeiçoamento são ações que merecem, por muitas razões, serem saudadas pela Indústria brasileira. Cabe lembrar que as lideranças do setor empresarial têm reafirmado seu comprometimento com a agenda da inovação tecnológica e manifestado seu forte interesse na respectiva política pública, por ser esta, nos dias de hoje, um dos mais importantes determinantes da competitividade econômica e do aumento da produtividade. A seguir, são apresentadas as considerações e proposições enviadas pelo IEDI ao MCTI acerca do referido documento.

A Proposta da Estratégia Nacional de CT&I cumpre — como um primeiro passo — o papel de abrir o debate sobre os rumos das políticas nacionais de Ciência e Tecnologia e de Inovação, porque, embora sintética e embrionária, cobre vários dos aspectos relevantes das políticas, como as oportunidades e desafios que se colocam ao País, os principais atores do Sistema Nacional de Inovação, os principais instrumentos disponíveis para atuar, a infraestrutura e os recursos humanos, além de mapear os avanços recentes e as principais tendências mundiais das políticas de CT&I.

A despeito do foco na inovação e da análise de experiências internacionais, a ênfase principal da Proposta recai sobre ações que promovam “expansão, consolidação e integração” do Sistema Nacional de CT&I, como se o seu adensamento pusesse automaticamente em marcha a solução apropriada para os nossos problemas. Em todas as áreas identificadas como prioritárias destaca-

se sempre a incompletude de nosso Sistema, apontando a necessidade de fortalecimento das infraestruturas já existentes, construção e fortalecimento de centros de pesquisa, formação e capacitação de recursos humanos, etc.

Há anos temos clareza de que nosso Sistema Nacional de Inovação é incompleto e que muito precisa ser feito para consolidá-lo. Embora muito lentamente, temos caminhado nesta direção. Devemos agora ter a coragem de reconhecer que estas proposições ainda estão longe do que podemos fazer e mesmo do que já fazemos hoje, em termos de políticas de CT&I.

Na realidade, há conhecimento bem mais detalhado dos problemas e das estruturas de mercado de cada setor em inúmeras áreas de governo, a exemplo das Agências e Ministérios setoriais, da FINEP e do BNDES. A produção de Agendas Tecnológicas Setoriais e os levantamentos feitos no âmbito das políticas industriais recentes (PITCE, PDP e Brasil Maior) ou no contexto do Programa Inova Empresa sugerem que as proposições de políticas podem e devem ir além da formulação genérica de políticas de oferta nos moldes convencionais propostos para a ENCTI.

Há muito que fazer para que nosso ‘incompleto’ Sistema Nacional de Inovação avance e realize sua promessa de contribuir decisivamente para o desenvolvimento de nosso país e para a construção de uma sociedade melhor, com empregos mais qualificados e melhor inserção internacional.

Uma agenda ampla inclui a modernização de nosso marco legal, a revisão drástica do modelo de financiamento, a discussão da estrutura de governança, uma radical reforma do nosso mercado de capital de risco, das formas de apoio às *startups* de base tecnológica, inclusive com a mudança da legislação empresarial, bem como uma maior sintonia entre a política de comércio exterior e a política de inovação, além das iniciativas de formação de recursos humanos e do reforço da infraestrutura nacional de CT&I.

Para o País, esta é uma agenda necessária e fundamental à sua trajetória de desenvolvimento econômico e social. Para a Indústria, é prioritária e absolutamente decisiva para seu futuro. Por esta razão, o IEDI e outras instituições que reúnem as lideranças industriais do Brasil estão dispostos a contribuir da melhor forma possível para esta discussão.

Foco na Inovação

É gratificante perceber que, logo em seu início, o documento enfatiza que “agregar valor ao que o País produz é decisivo sob todos os aspectos e a incorporação do conhecimento em todas as atividades econômicas depende intrinsecamente de um robusto Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia orientado para a promoção da Inovação.” (ENCTI, pág. 4).

Esta ênfase na inovação também aparece com muita clareza no balanço das principais tendências mundiais de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Aqui ganha relevância o tema da cooperação público-privado, como na afirmação de que “... crescem as medidas que visam o aprimoramento dos recursos humanos e a melhoria das condições estruturais para inovação, colocando-se como ação prioritária a busca por maior interação entre a pesquisa pública e a indústria” (ENCTI, pág. 15). Iniciativas que, como o documento assinala, infelizmente têm tido menor sucesso nos países emergentes, a exemplo do nosso, os quais apresentam maior dificuldade de inserir as estratégias de CT&I nas políticas de desenvolvimento econômico de longo prazo.

A se levar em conta pela síntese do que prevalece no mundo, duas questões surgem aqui como fortes diretrizes de políticas de CT&I para o Brasil: de um lado, um realinhamento das políticas buscando “maior foco nos instrumentos das políticas de inovação”; de outro, uma grande aposta na “cooperação entre indústria e academia”, por meio de novos modelos de transferência de tecnologia. (ENCTI, pág. 16)

O realinhamento das políticas de apoio às empresas visa torná-las menos genéricas e mais específicas, com maior apoio a *startups* ou pequenas empresas, além de uma maior competitividade pelos recursos. Em paralelo, busca-se uma diversidade maior de instrumentos, por exemplo, simplificando e facilitando o acesso a incentivos fiscais, criando *vouchers* para inovação e patrocinando a participação no capital das empresas (*equity*). (ENCTI, pág. 16 e 17)

A cooperação entre indústria e universidades — ou melhor entre ciência e negócios — é tratada de forma destacada, ao mencionar-se novos modelos, em curso em vários países, de transferência de tecnologia e ferramentas de uso colaborativo da propriedade intelectual, a exemplo de securitizações e *crowdfunding*. (ENCTI, pág. 17)

Há que se saudar também como muito positivo e corajoso, a menção às reformas dos sistemas de CT&I internacionais, no sentido de se alcançar maior eficiência, por meio de reestruturações das atividades de pesquisa, fusões de instituições, maior coordenação entre unidades de pesquisa e novas abordagens gerenciais nas universidades, com vistas a reforçar a autonomia, a ‘*accountability*’ e os modelos operacionais de inspiração empresarial. Isto seria muito pertinente para o Brasil, com vistas a inspirar reformas mais abrangentes do aparato de pesquisa do próprio MCTI, que carece de uma orientação de missão mais clara e formas mais eficazes de organização, voltadas a resultados e com maior flexibilidade operacional, movimento que se iniciou anos atrás, com a transformação de alguns institutos em Organizações Sociais. (ENCTI, pág. 17)

O tema da governança ganha também um certo destaque aqui, ao se evidenciar a relevância, em qualquer país, do “regime regulatório, que compreende as leis, regulações, regras, políticas, orientações e exigências que governos e parlamentos estabelecem para disciplinar as atividades de pesquisa”. Um aspecto que normalmente não é tratado com destaque nos documentos recentes de políticas de CT&I, embora receba muita atenção no meio empresarial, a exemplo da agenda da Mobilização Empresarial pela Inovação — MEI, que propõe a

constituição de uma Câmara de Inovação (Camin), aos moldes da Câmara de Comércio Exterior (Camex), com atribuições de coordenar as ações voltadas à promoção da inovação dos diversos Ministérios e órgãos federais.

Por fim, este capítulo se encerra com a menção a vários exemplos internacionais (Enterprise Investment Scheme, do Reino Unido; Lean Start-ups, dos EUA; Technology Innovation Programme, de Singapura; Cluster Offensive Bayern, Fundo High-Tech e Exist, da Alemanha, etc) que poderiam inspirar iniciativas mais ousadas do Brasil no terreno da inovação, dando talvez muito mais concretude às propostas e levando nossas iniciativas a um novo patamar de qualidade.

Expansão, Consolidação e Integração do SNCTI

Infelizmente, apesar das inúmeras menções anteriores à inovação e às políticas que prevalecem no mundo todo, a ênfase principal da Proposta da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019 recai sobre o que se chamou “expansão, consolidação e integração do SNCTI”, num certo sentido vistas como as ações prioritárias a serem tomadas — nesta ordem de importância e nesta mesma sequência temporal —; como se o adensamento do Sistema pusesse em marcha, automaticamente e com naturalidade, a solução apropriada para os nossos problemas.

Esta visão é decorrência do diagnóstico — correto, mas muito parcial e muitíssimo insuficiente — de que o SNCTI é ainda embrionário no país, comparativamente a outras economias avançadas. Nesta visão, o primeiro e decisivo passo é dar densidade e massa crítica a este Sistema.

Há anos temos clareza de que nosso Sistema Nacional de Inovação é incompleto e que muito precisa ser feito para consolidá-lo. E o bom é que temos caminhado nesta direção, embora nem sempre com a velocidade necessária. Os exemplos são muitos, a começar por trazer o tema inovação para dentro do MCT, primeiro com as Conferências

Nacionais, depois com a Lei de Inovação, depois ainda mais com a Lei do Bem e os incentivos e instrumentos de apoio direto e indireto à inovação tecnológica empresarial, e por fim com os Planos Inova Empresa, com as parcerias entre FINEP e BNDES, com a ideia muito boa — ainda a ser posta em prática — de estruturar Plataformas do Conhecimento, culminando com a mudança do próprio nome do Ministério, que sintomaticamente ganhou a palavra inovação.

Talvez devêssemos nos perguntar: qual o significado deste movimento e desta evolução? Por que nossas políticas caminharam nesta direção? Por que também a atual “Proposta da ENCTI 2016-2019” enfatiza tanto os exemplos internacionais de foco na inovação?

A resposta é muito simples: as políticas de C&T só vão ganhar a atenção devida – por parte da área econômica e social do governo, por parte da sociedade em geral e por parte da Presidência da República — se forem relevantes, se de fato impactarem no aumento da produtividade, da competitividade econômica ou na implantação de políticas sociais mais eficazes. A pressão — nos governos, no mundo empresarial, nas associações da sociedade civil — é por resultados. Aqui e em qualquer outro lugar, como o documento deixa claro.

Repetir indefinidamente que o nosso problema é falta de massa crítica, sem perceber que é necessário mudar a ênfase das políticas, ser mais agressivo e cobrar mais resultados, é o caminho natural não do progresso do Sistema Nacional de Inovação, mas do isolamento, do permanente isolamento que causa baixa interlocução, baixa prioridade e baixos recursos.

Infelizmente a Proposta da ENCTI 2016-2019 repete sempre um mesmo mantra: a expansão da infraestrutura é a base de tudo (ENCTI, pág. 7). Os próprios exemplos de sucesso da política – alguns muito importantes, outros controversos ou ainda muito longe de se concretizarem — são ações basicamente de oferta, como o Ciências sem Fronteiras, os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCTs, o Pro-Infra, o Navio Oceanográfico, a Rede Nacional de Ensino

e Pesquisa – RNP, o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologia – SisNANO, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Nacionais – Cemaden, ou ainda o Projeto Sirius e o Reator Multipropósito – RMB.

Oportunidades, Desafios e Vantagens Competitivas Nacionais

O exame do que o documento chama de oportunidades exemplifica novamente este tipo de abordagem: em todas — em literalmente todas — as áreas identificadas como prioritárias — energias renováveis; materiais e minerais estratégicos; petróleo e gás; aeroespacial; nuclear; saúde; tecnologias convergentes e habilitadoras; segurança hídrica, alimentar e energética — a receita é, usando expressões retiradas do próprio documento, sempre a mesma: “esforços na formação de recursos humanos especializados”, “criação de novos centros (de pesquisa)”; “fortalecimento das infraestruturas já existentes”, “incrementos no atual parque laboratorial”, “fortalecimento de centros de ensino e pesquisa”, “formação e capacitação de recursos humanos”, “construção e fortalecimento de centros (de pesquisa)”, ou “reforços em recursos humanos e infraestruturas.” (ENCTI, pág. 22 a 27).

Devemos ter a coragem de reconhecer que esta proposição ainda está longe do que podemos fazer e mesmo do que já fazemos hoje, em termos de políticas de CT&I. Isto é bastante evidente para as oportunidades listadas, mas também para o que o documento identifica, na sequência, de desafios, de vantagens competitivas ou de temas estratégicos.

As políticas setoriais, a política industrial e tecnológica, as ações da própria Finep, do CNPq e do BNDES nestes temas já vão muito além da mera oferta de infraestrutura e da formação de recursos humanos. A criação de competências, a articulação entre centros de produção de conhecimento e empresas, as encomendas de soluções tecnológicas ao setor privado, a articulação entre desenvolvimento tecnológico e políticas de compras, o uso de instrumentos como crédito e subvenção, o apoio a novas empresas de base tecnológica e ao capital de risco,

sugerem que nosso arcabouço de políticas já é muito mais amplo do que o documento da ENCTI sugere.

Na realidade, há conhecimento bem mais detalhado dos problemas e das estruturas de mercado de cada setor em inúmeras áreas de governo, a exemplo das Agências e Ministérios setoriais, da FINEP e do BNDES, ou de instituições como a ABDI, a APEX, o Sebrae ou o IPEA. A produção de Agendas Tecnológicas Setoriais, de levantamento feitos no âmbito das políticas industriais recentes (PITCE, PDP e Brasil Maior) ou no contexto do Programa Inova Empresa sugerem que as proposições de políticas podem e devem ir além da formulação genérica de políticas de oferta nos moldes convencionais propostos pela ENCTI.

Alguns exemplos desta dissintonia são marcantes, como as recomendações feitas na ENCTI para o Pré-sal, que repetem o diagnóstico de anos atrás, antes da grave crise pela qual passa a Petrobrás e todo o setor de óleo e gás no mundo, em função da queda do preço do petróleo e dos problemas de governança da empresa; ou no tema de doenças tropicais, que enfrenta talvez um dos maiores desafios de sua história, frente à gravidade do surto de dengue, da febre chikungunya e da proliferação do zika vírus, transmitidos pelo mosquito *Aedes aegypti*, apesar da afirmação do documento acerca de nossa suposta liderança científica e domínio tecnológico; ou ainda o setor espacial, cuja política atual vai muito além da criação de infraestrutura e passa pela combinação de encomendas de satélites articulando vários ministérios e empresas âncoras; ou mesmo o setor nuclear, em que uma encomenda do tipo do Reator Multipropósito vai precisar combinar um arsenal mais vasto de políticas para que tenha sentido estratégico, como a busca pelo domínio do ciclo do combustível, a produção de radiofármacos, a oferta de fontes de nêutrons para experimentos com novos materiais, ou ainda — e em especial — a recriação de uma competência mínima em engenharia que não nos leve a empreender um projeto quase que totalmente concebido fora do país.

De forma similar, nos vários temas listados como desafios — a exemplo de terras raras; nanotecnologia e nanomateriais, biotecnologia, TICs, neurociências, manufatura avançada e aditiva, segurança hídrica, alimentar e energética, sistemas produtivos sustentáveis, energias renováveis, e nos chamados desafios globais, como mudanças do clima, segurança cibernética, envelhecimento populacional, doenças negligências e mitigação de desastres naturais, ou ainda no que se identifica como setores com vantagens competitivas (agricultura tropical, doenças tropicais, aeronáutico, petróleo e gás, nuclear e bioeconomia) —, é preciso dar concretude às propostas, indo além do que se prescreve novamente como “esforços na formação e qualificação de recursos humanos” e “necessidade de se estabelecer novas redes (de pesquisa) que possuam uma visão global do problema” (ENCTI, pág. 29 e 30).

Aqui, para além de superar a natureza genérica das recomendações gerais de melhor infraestrutura de pesquisa e de recursos humanos mais qualificados, é conveniente também esclarecer de forma adequada o sentido das diferenças entre as várias terminologias e tipologias utilizadas para os setores e temas elencados, ou seja, seus atributos como oportunidades, desafios, vantagens competitivas, desafios globais e temas estratégicos, sem o que fica difícil saber o que é de fato prioritário, frente a uma lista tão vasta de temas e de qualificações.

Competências do Sistema Nacional de CT&I

A parte final da Proposta da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação apresenta nosso Sistema Nacional de Inovação, seus atores (Universidades e Institutos de Pesquisa, Governo e Empresas), seus instrumentos, sua institucionalidade e suas fontes de financiamento, dando novamente ênfase aos “necessários esforços crescentes de expansão, consolidação e integração do SNCTI,” em especial da infraestrutura laboratorial e dos recursos humanos qualificados. (ENCTI, pág. 36)

O quadro descrito revela a razoável complexidade deste sistema, que inclui diversos Ministérios, Secretarias Estaduais, agências executoras federais e estaduais, agências reguladoras e operadores de CT&I, sob a coordenação do MCTI, além de entidades de representação do mundo acadêmico e empresarial e do Congresso Nacional.

Este diagnóstico também serve para apresentar a estrutura de financiamento existente (orçamentos e fundos) e os instrumentos (fomento, subvenção, participação no capital, incentivos fiscais, crédito e compras governamentais) que servem de base para a operação do sistema. (ENCTI, pág. 42 e seguintes)

Infelizmente, a Proposta de ENCTI não atualiza o diagnóstico sobre estas questões para desnudar com clareza a natureza da crise fiscal atual e seu impacto sobre o financiamento do esforço nacional de CT&I, chegando a afirmar, com dados de 2013, que “os investimentos em C&T do governo federal têm crescido a taxas acima do crescimento econômico desde 2000” (ENCTI, pág. 43). Perde-se assim uma oportunidade importante de abrir um debate sério com a Sociedade e também o Congresso Nacional das alternativas que serão necessárias para encontrar uma nova estrutura de financiamento para o esforço tecnológico que o Brasil precisa dar.

Em especial não se avança em propostas que já estão em estudo no próprio âmbito do MCTI e tem sido sugeridas pelas entidades da área Acadêmica e Empresarial, como assegurar o direcionamento de recursos do Fundo Social para Inovação, reestruturar as fontes de recursos que constituem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e recompor os recursos de subvenção e os incentivos fiscais para P&D, além de garantir financiamento para a continuidade dos programas de apoio à inovação do BNDES e da Finep, notadamente do Programa de Sustentação do Investimento.

Sobre a formação de recursos humanos, a Proposta de ENCTI também se limita a examinar o papel das universidades e da parcela da força de

trabalho com formação em nível de pós-graduação (mestres e doutores), dando quase nenhuma atenção aos demais profissionais, em especial engenheiros e técnicos, diferentemente de outras abordagens internacionais como a dos Estados Unidos, com ênfase em avaliar constantemente sua *‘technical and professional STEM workforce’* ou a do Reino Unido, com sua visão ampla de *‘qualificações’*. Este viés decorre da visão de que a “formação em níveis de pós-graduação, mestrado e doutorado, é uma condição necessária para a realização das atividades de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e gestão das políticas e programas do setor”, conceito que também deriva o diagnóstico da “necessidade de maior presença de mestres e doutores nos ambientes de inovação empresarial”. (ENCTI, pág. 47 e 50)

A ênfase na pós-graduação tem muito sentido quando se examina a vida acadêmica e a capacidade e a qualidade da pesquisa feita por universidades. Também é relevante para a liderança de pesquisa das equipes de Pesquisa e Desenvolvimento das empresas. Mas o perfil do conjunto da força de trabalho em P&D em qualquer país está longe de ser composto basicamente por mestres e doutores. No caso norte-americano, por exemplo, circunscrevendo-se apenas ao pessoal com nível superior, só cerca de 15% dos que trabalham em P&D possuem doutorado, enquanto 27% possuem mestrado e 55% possuem apenas graduação.

Ao desconsiderar o perfil real da força-de-trabalho que atua em Pesquisa e Desenvolvimento, esta abordagem não permite verificar inúmeros problemas relacionados à formação de pessoal qualificado no Brasil, especialmente engenheiros e pessoal técnico de nível médio, e auxilia muito pouco na melhoria das políticas de qualificação de pessoal, desconsiderando inclusive o esforço que tem sido feito na ampliação do ensino técnico e no reforço à engenharia, pelo próprio Governo Federal.

Uma Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

A “Proposta da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019” tem o grande mérito, já evidenciado aqui, de abrir um debate sobre os rumos que o país pretende dar para suas políticas nacionais de Inovação. Para a Indústria brasileira esta é uma agenda prioritária e absolutamente decisiva para seu futuro. Por esta razão a liderança da indústria brasileira está disposta a contribuir da melhor forma possível para esta discussão.

Uma estratégia deve indicar rumos e grandes objetivos, sinalizar os meios disponíveis e necessários, detalhando recursos financeiros, humanos e de infraestrutura, definir os mecanismos de coordenação e de governança, envolvendo a Presidência da República e os principais Ministérios, mas também a Sociedade, incluindo a Academia e o meio Empresarial, sinalizar as métricas que desejamos alcançar e seus cronogramas, para podermos avaliar constantemente o que foi atingido e o que precisa ser reforçado ou reformulado na sua implementação.

Há muito o que fazer para que nosso ‘incompleto’ Sistema Nacional de Inovação avance e realize sua promessa de contribuir decisivamente para o desenvolvimento de nosso país e para a construção de uma sociedade melhor, com empregos mais qualificados e melhor inserção internacional.

Uma agenda ampla inclui a modernização de nosso marco legal, a revisão drástica do modelo de financiamento, a discussão da estrutura de governança, uma radical reforma do nosso mercado de capital de risco, das formas de apoio às *startups* de base tecnológica, inclusive com a mudança da legislação empresarial, bem como uma maior sintonia entre a política de comércio exterior e a política de inovação, além das iniciativas de formação de recursos humanos e do reforço da infraestrutura nacional de CT&I.

A Indústria se sente parte importante disto, parte constitutiva essencial de nosso Sistema de Inovação. Também nós precisamos avançar, em

conjunto com o governo e com a academia, para que juntos possamos aspirar dias melhores. O melhor passo para isto é olhar de frente nossos desafios, encará-los com franqueza e com responsabilidade, assumindo compromissos conjuntos e pactuando entre todos o que fazer, com determinação, mas também com a ambição necessária para construir um futuro digno para nossa sociedade.